

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE SETÚBAL
Mandato 2025-2029

ACTA DE REUNIÃO

Aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e vinte seis, reuniu na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, em Setúbal, pelas onze horas, o Conselho Municipal de Segurança, adiante designado por Conselho, com a seguinte ordem de trabalhos:

Antes da ordem de trabalhos:

Audição do Público

Ordem de Trabalhos:

Ponto 1

Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) – dados do Concelho de Setúbal

Intervenção/apresentação dos dados das seguintes entidades:

- GNR - Guarda Nacional Republicana
- PSP - Polícia de Segurança Pública
- Polícia Marítima - AMN - Capitão do Porto
- Ministério Público da comarca de Setúbal
- ICAD – Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, IP
- Gabinete de Apoio à Vítima de Setúbal
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Ponto 2

Outros assuntos

Estiveram presentes os seguintes conselheiros:

Ver anexo A (registo de presenças)

Resumo e principais conclusões:

Não existiram pedidos de intervenção, na audição do público.

O Vereador Paulo Maia agradeceu a presença de todos e deu início à reunião.

O Senhor Vereador deu início à sessão agradecendo a presença de todos os participantes e salientando a importância do Conselho Municipal de Segurança enquanto espaço privilegiado de articulação institucional, partilha de informação e construção de respostas conjuntas para os desafios da segurança existentes no concelho. Referiu que a reunião decorria após sessão restrita anteriormente realizada entre as entidades diretamente ligadas às áreas da segurança e proteção civil, permitindo posteriormente o alargamento da discussão às restantes entidades presentes.

Na sua intervenção inicial, o Senhor Vereador destacou que o atual contexto nacional e internacional exige respostas cada vez mais integradas e articuladas, face à crescente complexidade dos fenómenos criminais, ao aumento das exigências colocadas às forças de segurança, à emergência de novos desafios associados à criminalidade tecnológica, violência juvenil, narcotráfico e fenómenos de exclusão social. Sublinhou ainda a importância da cooperação entre Câmara Municipal, Forças de Segurança, Ministério Público, Entidades Sociais, Escolas e Estruturas de Saúde.

Relativamente ao processo de criação da Polícia Municipal de Setúbal, informou que terminou o período de consulta pública do respetivo regulamento, tendo sido recebidas seis participações, das quais apenas uma foi considerada válida para efeitos do regulamento, incidindo as restantes sobre matérias externas ao âmbito da consulta pública. Referiu igualmente que foram recebidos contributos internos da Proteção Civil e do Departamento de Gestão de Pessoas e Competências, encontrando-se o processo em fase de consolidação técnica e jurídica.

O Senhor Vereador esclareceu que os futuros elementos da Polícia Municipal serão trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal, podendo o comandante e eventualmente

o segundo comandante, ser designados em comissão de serviço provenientes das forças de segurança. Salientou que a futura Polícia Municipal terá funções complementares às desempenhadas pela PSP e GNR, não pretendendo substituir as forças de segurança nacionais, mas antes reforçar a capacidade municipal em matérias de fiscalização, proximidade e apoio operacional, libertando meios policiais para funções de segurança pública e investigação criminal.

No âmbito da mobilidade e ordenamento da Arrábida, o Senhor Vereador informou sobre o estudo em curso relativo ao maciço da Arrábida, cujo término se encontra previsto para o final de maio ou início de junho.

Explicou que o Projeto Arrábida Segura, visa melhorar as condições de circulação, segurança e sustentabilidade ambiental da serra da Arrábida, face à elevada pressão automóvel e afluência de visitantes durante a época balnear.

Informou igualmente sobre a previsão de abertura da Rua Orlando Curto e da Rua Círio da Arrábida até 31 de maio, bem como sobre a implementação de medidas de condicionamento da circulação automóvel, privilegiando transportes públicos, motociclos, velocípedes e mobilidade pedonal. Destacou ainda o alinhamento existente entre Câmara Municipal, PSP e GNR relativamente à implementação destas medidas.

Seguidamente, o Senhor Vereador apresentou os principais dados constantes do Relatório Anual de Segurança Interna de 2025. Referiu que Portugal continua a ser reconhecido internacionalmente como um dos países mais seguros do mundo, apesar do contexto internacional marcado pela crescente instabilidade geopolítica, aumento das ameaças transnacionais, intensificação da criminalidade organizada, crescimento do cibercrime e novos desafios relacionados com imigração ilegal e controlo fronteiriço.

No que respeita à criminalidade geral, foi referido que se verificou um aumento de 3,1%, totalizando 365.802 participações criminais, representando mais de onze mil participações relativamente ao ano anterior. O Senhor Vereador salientou que parte deste aumento poderá estar relacionada com uma maior proatividade policial e maior capacidade de deteção de ilícitos.

Relativamente à criminalidade violenta e grave, informou que se registou uma diminuição de 1,6%, totalizando 14.149 participações, apesar do agravamento de determinados fenómenos específicos. Destacou particularmente o aumento dos crimes relacionados com imigração ilegal e auxílio à imigração ilegal, bem como o crescimento expressivo do tráfico de seres humanos e da atividade de redes criminosas transnacionais.

Foram igualmente apresentados dados relativos ao aumento dos crimes rodoviários, designadamente condução sem habilitação legal e condução sob efeito do álcool, fenómenos associados quer à intensificação da fiscalização policial quer à persistência de comportamentos de risco nas estradas.

O Senhor Vereador destacou ainda o aumento dos crimes relacionados com tráfico de armas proibidas, bem como o crescimento dos homicídios voluntários consumados e do crime de violação, tendo referido que este último atingiu o valor mais elevado da última década. Sublinhou igualmente que a violência doméstica continua a ser o crime mais participado em Portugal.

Foi ainda abordado o crescimento da criminalidade económico-financeira, designadamente branqueamento de capitais, corrupção ativa, fraude e criminalidade fiscal, bem como a crescente sofisticação do cibercrime e utilização da inteligência artificial na prática de burlas, manipulação digital e ataques informáticos.

Referiu igualmente a preocupação com a sobrelotação do sistema prisional nacional e com as dificuldades ao nível da reinserção social, salientando que a ausência de respostas adequadas de reintegração contribui frequentemente para fenómenos de reincidência criminal e exclusão social persistente.

Na parte final da sua intervenção destacou que os dados apresentados no Relatório Anual de Segurança Interna demonstram que os fenómenos de insegurança atuais possuem características cada vez mais complexas e multidimensionais, exigindo respostas articuladas entre segurança, justiça, educação, ação social, saúde e poder local.

Referiu que muitos dos problemas identificados têm origem em contextos de vulnerabilidade social, ausência de oportunidades, fragilidade familiar e exclusão,

Câmara Municipal de Setúbal

defendendo que a prevenção social deve assumir um papel central nas estratégias de segurança.

Salientou igualmente que as forças de segurança enfrentam atualmente uma pressão operacional muito elevada, agravada pela insuficiência de efetivos e crescente exigência das funções desempenhadas.

Nesse contexto, reforçou a importância da futura Polícia Municipal de Setúbal enquanto estrutura complementar de proximidade, fiscalização e apoio operacional, permitindo libertar meios da PSP e GNR para funções de patrulhamento, investigação criminal e resposta operacional prioritária.

Manifestou ainda a necessidade de reforço permanente da cooperação institucional, defendendo que nenhuma entidade consegue atualmente responder isoladamente aos desafios da segurança e proteção das populações.

Salientou igualmente, a importância do trabalho desenvolvido pelas juntas de freguesia, escolas, associações locais, instituições sociais e estruturas comunitárias, reconhecendo o papel essencial destas entidades na identificação precoce de problemas e na prevenção de situações de risco.

O Senhor Vereador destacou também a necessidade de continuar a investir em estratégias de proximidade, mediação comunitária, prevenção da violência juvenil e promoção da inclusão social.

Concluiu referindo que Setúbal continua a ser um concelho globalmente seguro, graças ao esforço diário das forças de segurança, agentes de proteção civil, bombeiros, técnicos sociais, profissionais de saúde, escolas e restantes entidades parceiras, considerando fundamental manter o espírito de cooperação institucional e trabalho conjunto evidenciado no Conselho Municipal de Segurança.

O conselheiro Subintendente Miguel Valverde em representação da PSP – Polícia de Segurança Pública, apresentou uma análise comparativa entre os dados nacionais, distritais e locais, salientando que o concelho de Setúbal acompanha, de forma geral, as tendências verificadas a nível nacional. Referiu que na área territorial da PSP a criminalidade geral registou um aumento de 1,27% e que a criminalidade violenta e grave

aumentou 4,49%, esclarecendo, contudo, que este aumento correspondeu apenas a mais oito ocorrências em termos absolutos.

Explicou que o aumento da criminalidade registada resulta, em parte significativa, do aumento da proatividade policial e da intensificação da presença policial no terreno. Referiu que a PSP, reforçou ações de fiscalização relacionadas com condução sob efeito do álcool, condução sem habilitação legal, crimes de desobediência, fiscalização rodoviária e prevenção de furtos em viaturas e estabelecimentos comerciais.

Salientou igualmente que alguns fenómenos criminais específicos identificados em determinados períodos foram controlados através de intervenção policial direcionada, destacando a importância da análise dos números absolutos e não apenas das percentagens estatísticas.

O conselheiro, manifestou preocupação relativamente à insuficiência de efetivos, referindo a saída recente de oito agentes sem previsão de substituição, situação que afeta diretamente a capacidade operacional da força policial. Referiu ainda dificuldades crescentes na garantia de patrulhamento permanente e na resposta rápida às ocorrências, alertando que esta realidade já se faz sentir no quotidiano operacional, designadamente em tempos de espera mais prolongados em algumas situações rodoviárias e operacionais.

O Conselheiro Capitão do Porto de Setúbal, Paulo Agostinho em representação da Autoridade Marítima Nacional e Capitania do Porto apresentou dados relativos à atividade operacional em meio marítimo, começando por enquadrar as competências da entidade no domínio público marítimo, zonas costeiras, cais e áreas sujeitas à influência das marés.

Na sua intervenção destacou a crescente preocupação com o narcotráfico e com o aumento da atividade criminosa associada ao transporte marítimo de estupefacientes, referindo que este fenómeno tem vindo a assumir maior dimensão e sofisticação. Referiu igualmente a intensificação das operações de vigilância e fiscalização marítima, bem como a estreita articulação operacional com a Polícia Judiciária e restantes forças de segurança.

Foi ainda salientada a importância estratégica da vigilância costeira e do estuário do Sado, considerando tratar-se de zonas vulneráveis à atuação de organizações criminosas. O conselheiro referiu também que o fenómeno do narcotráfico produz impactos indiretos relevantes noutras entidades locais, designadamente através da apreensão de combustível, embarcações e materiais utilizados em operações ilícitas.

O Conselheiro Sargento-Chefe Manuel Vieira, em representação da GNR – Guarda Nacional Republicana, apresentou dados relativos às freguesias sob jurisdição da Guarda, designadamente Azeitão, Sado e Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, efetuando uma análise comparativa entre os anos mais recentes.

Na sua intervenção destacou a predominância da violência doméstica enquanto crime mais participado, bem como o aumento dos crimes contra o património e a incidência significativa dos roubos enquanto principal expressão da criminalidade violenta e grave.

Referiu igualmente o aumento das detenções relacionadas com condução ilegal e condução sob efeito do álcool, salientando que a intensificação da fiscalização rodoviária e da presença policial contribui diretamente para a deteção destas infrações.

O Conselheiro da GNR destacou ainda as especificidades territoriais das freguesias abrangidas, referindo que a dispersão geográfica e as características rurais de determinadas zonas criam dificuldades acrescidas ao patrulhamento e vigilância operacional.

Relativamente ao narcotráfico, salientou que o estuário do Sado constitui uma área vulnerável à atuação de grupos criminosos organizados, tendo já sido intercetadas embarcações rápidas utilizadas no transporte de estupefacientes. Alertou ainda para a crescente sofisticação destas organizações e para os riscos operacionais enfrentados pelos militares da GNR no contacto direto com grupos altamente organizados.

Concluiu manifestando preocupação relativamente à insuficiência de efetivos das forças de segurança, sobretudo face à aproximação da época balnear e consequente aumento da pressão operacional.

A Conselheira Maria João Pires em representação do Ministério Público esclareceu que os dados que apresenta, abrangem os concelhos de Setúbal e Palmela, explicando

igualmente que os critérios estatísticos do Ministério Público diferem dos utilizados pelas forças de segurança, uma vez que os processos são enquadrados juridicamente após análise efetuada pelos magistrados.

Referiu, a existência de cerca de 8.800 novos processos em 2025, representando um aumento superior a 21% relativamente ao ano anterior. Destacou igualmente a existência de mais de mil inquéritos relacionados com violência doméstica e um crescimento significativo da criminalidade informática.

Na sua intervenção salientou o aumento da violência associada à prática criminal, referindo a crescente utilização de armas brancas, a maior agressividade demonstrada em determinados crimes e a necessidade crescente de aplicação de medidas de coação mais gravosas.

Manifestou particular preocupação relativamente ao aumento da violência doméstica exercida por filhos contra pais, referindo a existência de vários arguidos em prisão preventiva associados a este fenómeno.

Foi igualmente referido o aumento dos processos tutelares educativos e das situações envolvendo menores em comportamentos violentos ou desviantes, defendendo o reforço da articulação entre escolas, CPCJ e Ministério Público.

A conselheira alertou ainda para a insuficiência de magistrados e funcionários judiciais, bem como para as dificuldades crescentes em assegurar resposta célere às necessidades da investigação criminal.

A Conselheira Célia Santos, em representação do ICAD – Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, apresentou uma síntese detalhada da realidade dos comportamentos aditivos e dependências na região, referindo que os estudos e dados mais recentes continuam a identificar o álcool como a principal substância associada a situações de dependência e problemáticas sociais.

Na sua intervenção salientou igualmente a crescente preocupação relativamente ao jogo online e apostas digitais, sobretudo entre os jovens, bem como à utilização abusiva das redes sociais e plataformas digitais, fenómenos que têm vindo a gerar impactos

significativos ao nível da saúde mental, rendimento escolar, relações familiares e integração social.

Referiu ainda que os consumos de cocaína e crack têm vindo a aumentar no território, existindo inclusivamente pessoas provenientes de outros concelhos que se deslocam a Setúbal para consumo destas substâncias. Destacou igualmente que muitos dos casos acompanhados apresentam problemáticas associadas a exclusão social, desemprego, instabilidade familiar e saúde mental.

A conselheira do ICAD explicou que o Polo da Arrábida acompanha atualmente cerca de 1.700 utentes ativos, desenvolvendo intervenção terapêutica, programas de prevenção, redução de riscos e minimização de danos.

Foi igualmente referido que se encontra em funcionamento uma equipa de rua no concelho, responsável pelo contacto de proximidade com populações vulneráveis e consumidores em contexto de rua, permitindo encaminhamento para estruturas de tratamento e apoio.

A conselheira destacou ainda a importância do trabalho preventivo desenvolvido em contexto escolar e laboral, defendendo maior sensibilização junto das famílias, escolas e comunidade relativamente aos novos comportamentos aditivos emergentes.

A Conselheira Isabel Bráz, em representação da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, apresentou dados relativos às situações acompanhadas em 2025, destacando a existência de casos de maus-tratos, negligência grave, abuso sexual, bullying, cyberbullying e comportamentos de risco associados à violência juvenil e fenómenos de radicalização.

Na sua intervenção referiu que muitas das situações acompanhadas revelam contextos familiares particularmente fragilizados, associados a dificuldades económicas, violência doméstica, consumos aditivos e ausência de competências parentais.

Foi igualmente salientado o aumento das situações relacionadas com saúde mental infantil e juvenil, bem como a crescente exposição dos jovens a conteúdos violentos e comportamentos de risco através das plataformas digitais.

A conselheira da CPCJ manifestou ainda preocupação relativamente ao contacto cada vez mais precoce de crianças e jovens com conteúdos pornográficos online, referindo que esta realidade tem vindo a produzir impactos negativos ao nível do desenvolvimento emocional, comportamental e relacional.

Foi referido que muitas destas situações estão associadas à utilização não supervisionada de dispositivos digitais e redes sociais, existindo preocupação relativamente à normalização de comportamentos sexualizados em idades precoces.

A conselheira salientou igualmente a necessidade de reforço da literacia digital, sensibilização das famílias e desenvolvimento de ações preventivas em contexto escolar sobre utilização segura da internet, exposição a conteúdos inadequados e prevenção de comportamentos de risco online.

A conselheira destacou ainda a importância do trabalho articulado entre CPCJ, escolas, Segurança Social, forças de segurança e Ministério Público, considerando essencial garantir respostas rápidas e eficazes para proteção das crianças e jovens em risco.

Manifestou igualmente preocupação relativamente à necessidade de reforço de recursos técnicos e humanos para acompanhamento adequado das situações sinalizadas.

A Conselheira Balbina Silva em representação da APAV – Gabinete de Apoio à Vítima de Setúbal, destacou a importância da articulação institucional no apoio às vítimas, referindo que cerca de 85% dos casos acompanhados pelo Gabinete de Apoio à Vítima dizem respeito, a violência doméstica.

Na sua intervenção explicou que o Gabinete apoia vítimas provenientes de todo o distrito de Setúbal, existindo igualmente situações encaminhadas a partir de outros distritos. Referiu ainda que se verificou um aumento significativo do número de vítimas acompanhadas no concelho.

Manifestou preocupação relativamente à necessidade de atendimento especializado permanente nas forças de segurança, defendendo que cada turno policial devia integrar elementos com formação específica em violência doméstica e apoio à vítima.

A conselheira salientou igualmente a importância da existência de respostas céleres e humanizadas, sublinhando a necessidade de evitar fenómenos de revitimização das pessoas que recorrem às entidades de apoio.

Foi ainda destacado o impacto positivo do protocolo existente entre APAV, Ministério da Justiça e Procuradoria-Geral da República, no âmbito dos Gabinetes de Apoio à Vítima do DIAP - Departamento de Investigação e Ação Penal. Referiu que a colocação de uma técnica especializada da APAV junto da investigação criminal permitiu melhorar significativamente o acompanhamento jurídico, emocional e social das vítimas, reforçando igualmente a confiança das mesmas na prestação de declarações para memória futura e nos processos judiciais.

O Conselheiro Paulo Lopes, Presidente da Assembleia Municipal destacou a importância da cooperação institucional e da prevenção social, reconhecendo o trabalho desenvolvido pelas forças de segurança, bombeiros e restantes entidades presentes.

Na sua intervenção salientou que a segurança deve ser encarada numa perspetiva integrada e preventiva, envolvendo não apenas as forças policiais, mas também escolas, instituições sociais, autarquias e comunidade.

Referiu igualmente a importância do trabalho desenvolvido pelas juntas de freguesia na proximidade às populações e na identificação precoce de situações problemáticas.

O conselheiro, destacou ainda a necessidade de reforço dos meios humanos das instituições e manifestou preocupação relativamente aos fenómenos de violência juvenil, criminalidade associada às novas tecnologias e exclusão social.

O Conselheiro Tiago Cardoso, Presidente da União das Freguesias de Azeitão destacou as especificidades territoriais da freguesia, salientando o crescimento populacional registado nos últimos anos e o impacto desse crescimento na necessidade de reforço dos serviços públicos e meios de segurança.

Na sua intervenção referiu preocupações relacionadas com furtos em residências e propriedades, salientando igualmente as dificuldades associadas à dispersão territorial da freguesia, que cria constrangimentos ao patrulhamento e capacidade de resposta operacional.

Destacou ainda a importância da articulação permanente com a GNR, sobretudo no contexto da aproximação da época balnear, período em que se verifica aumento significativo da circulação de pessoas e maior pressão sobre os meios disponíveis.

O Conselheiro Nuno Cruz, Presidente da União das Freguesias de Setúbal, manifestou preocupação relativamente à perceção de insegurança em determinadas zonas urbanas da freguesia, referindo que a população transmite frequentemente preocupações relacionadas com pequenos furtos, consumo de estupefacientes em espaço público, comportamentos de incivilidade e degradação de alguns espaços urbanos.

Na sua intervenção destacou a necessidade de reforço do policiamento de proximidade e da presença visível das forças de segurança, considerando que a proximidade com a população constitui um fator essencial para reforçar a confiança dos cidadãos e prevenir situações de risco.

Referiu igualmente a importância do trabalho desenvolvido pelas juntas de freguesia na sinalização de situações de vulnerabilidade social e acompanhamento de problemas identificados pelas populações.

O conselheiro, salientou ainda a necessidade de reforço da iluminação pública, requalificação de determinados espaços urbanos e desenvolvimento de respostas preventivas dirigidas à juventude, considerando que a prevenção social constitui um elemento fundamental para redução dos fenómenos de violência e exclusão.

O Conselheiro Vasco Gonçalves em representação da Junta de Freguesia de São Sebastião, salientou as preocupações existentes relativamente a fenómenos de exclusão social, comportamentos de risco, consumo de estupefacientes e degradação do espaço público em algumas zonas da freguesia.

Na sua intervenção referiu que São Sebastião concentra um conjunto significativo de desafios sociais e populacionais, existindo situações recorrentes relacionadas com conflitos, incivildades e problemáticas sociais complexas.

Destacou igualmente a preocupação da população relativamente à segurança em determinados bairros, defendendo o reforço do policiamento de proximidade e maior acompanhamento social das famílias vulneráveis.

O conselheiro, sublinhou ainda a importância do trabalho preventivo junto dos jovens, defendendo maior investimento em atividades desportivas, culturais e associativas enquanto instrumentos de inclusão social e prevenção de comportamentos desviantes.

Foi igualmente salientada a necessidade de respostas articuladas entre autarquia, forças de segurança, escolas e entidades sociais, bem como a importância da rápida intervenção nas situações sinalizadas pela comunidade.

A Conselheira Marlene Caetano, Presidente da Junta de Freguesia do Sado, manifestou preocupação relativamente às situações de exclusão social, consumo de substâncias aditivas e vulnerabilidade de diversas famílias acompanhadas no território.

Na sua intervenção salientou que muitas das situações identificadas exigem respostas integradas e acompanhamento social de proximidade, defendendo o reforço do trabalho em rede entre entidades locais.

Referiu igualmente preocupação relativamente a jovens em situação de risco e à necessidade de respostas rápidas para situações sinalizadas pelas estruturas locais.

O Conselheiro Luís Custódio, Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra destacou preocupações relacionadas com a vigilância de áreas rurais e industriais, referindo a necessidade de reforço do patrulhamento em zonas menos povoadas.

Manifestou igualmente preocupação relativamente a furtos agrícolas, furtos em armazéns e dificuldades associadas à grande extensão territorial da freguesia.

Na sua intervenção salientou ainda a importância da cooperação entre população, autarquias e forças de segurança, considerando essencial manter mecanismos eficazes de comunicação e rápida sinalização de ocorrências.

A Conselheira Luísa Malhó, em representação da Segurança Social salientou a crescente complexidade das situações sociais acompanhadas no concelho, referindo

Câmara Municipal de Setúbal

que muitas famílias vivem atualmente em contextos de elevada vulnerabilidade económica, habitacional e emocional.

Na sua intervenção destacou que os serviços têm vindo a acompanhar um número crescente de situações associadas a desemprego, precariedade laboral, isolamento social, fragilidade familiar e dificuldades no acesso à habitação.

Referiu igualmente que muitos dos fenómenos relacionados com violência, negligência, abandono escolar e comportamentos de risco possuem uma forte componente social, exigindo respostas multidisciplinares e articulação permanente entre entidades.

A conselheira salientou ainda a importância do trabalho conjunto desenvolvido com CPCJ, escolas, forças de segurança, instituições sociais e serviços de saúde, considerando essencial garantir acompanhamento técnico de proximidade às famílias mais vulneráveis.

Manifestou também preocupação relativamente ao aumento de situações de saúde mental, sobretudo entre jovens e população idosa, defendendo o reforço das respostas sociais e comunitárias existentes no território.

Concluiu destacando a necessidade de continuidade dos apoios sociais, reforço dos recursos técnicos e manutenção de respostas integradas de intervenção social preventiva.

O Conselheiro Fernando Paulino em representação da Associação de Socorros Mútuos destacou o impacto crescente das dificuldades económicas, sociais e emocionais na saúde mental da população, salientando que muitas situações acompanhadas revelam níveis elevados de ansiedade, isolamento, depressão e fragilidade emocional.

Na sua intervenção referiu que as instituições mutualistas desempenham um papel importante de proximidade junto das comunidades, garantindo respostas sociais, apoio de saúde e acompanhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Salientou igualmente a necessidade crescente de respostas na área da saúde mental e acompanhamento psicológico, considerando que os efeitos da precariedade económica e das dificuldades familiares têm vindo a agravar diversas situações sociais.

O conselheiro destacou ainda a importância da prevenção, do trabalho comunitário e da cooperação entre entidades públicas, instituições sociais e estruturas locais, defendendo uma abordagem integrada para resposta às necessidades das populações.

O Conselheiro Tiago Pereira em representação do setor do ensino privado, Academia Luísa Todi, alertou para o aumento de situações de indisciplina, bullying, cyberbullying, conflitos entre jovens e dificuldades comportamentais em contexto escolar.

Na sua intervenção referiu que as escolas enfrentam atualmente desafios cada vez mais complexos relacionados com saúde mental, utilização abusiva das redes sociais, dificuldades familiares e ausência de acompanhamento parental em alguns contextos.

Foi igualmente salientado que muitas situações de risco identificadas em ambiente escolar possuem origem em contextos familiares fragilizados e exigem acompanhamento articulado entre escolas, CPCJ, Segurança Social e restantes entidades parceiras.

O conselheiro defendeu o reforço da mediação escolar, do acompanhamento psicológico e dos projetos de prevenção da violência e promoção da cidadania.

Destacou ainda a importância da sensibilização dos jovens para utilização segura das redes sociais, prevenção da violência e promoção de competências emocionais e sociais.

Foi igualmente reforçada a necessidade de continuidade dos projetos educativos de proximidade e do trabalho articulado entre escolas, famílias e comunidade.

A Conselheira Isabel Rebelo em representação da SEEIS - Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, destacou a importância das políticas de inclusão social, empregabilidade e capacitação profissional enquanto instrumentos fundamentais de prevenção da exclusão social e da criminalidade.

Na sua intervenção referiu que muitos dos fenómenos sociais identificados no território estão associados a situações de desemprego, precariedade económica e ausência de oportunidades de integração profissional.

Salientou igualmente a importância dos projetos de capacitação e inclusão desenvolvidos junto de jovens em situação de vulnerabilidade, desempregados e pessoas socialmente fragilizadas.

A concelheira destacou ainda o impacto positivo dos programas de formação e empregabilidade na redução de comportamentos de risco, defendendo maior investimento em respostas comunitárias e projetos de integração social.

Foi igualmente referida, a necessidade de articulação permanente entre entidades sociais, empresariais, educativas e autárquicas, garantindo respostas mais eficazes às necessidades da população.

O concelheiro Nuno Maia em representação da AISET – Associação da Indústria da Península de Setúbal, salientou a importância da segurança para o desenvolvimento económico e empresarial do concelho, considerando que a estabilidade e confiança institucional constituem fatores essenciais para atração de investimento e desenvolvimento da atividade económica.

Na sua intervenção destacou a necessidade de cooperação permanente entre empresas, autarquias e forças de segurança, sobretudo no contexto das zonas industriais e empresariais do concelho.

Referiu igualmente preocupação relativamente aos impactos económicos da criminalidade, furtos e insegurança, salientando a importância da prevenção e vigilância em áreas industriais.

O conselheiro destacou ainda o papel das empresas na promoção da responsabilidade social, integração profissional e criação de oportunidades de emprego, considerando que o desenvolvimento económico constitui também um fator relevante de prevenção social.

O conselheiro David Domingues, Comandante da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal salientou o aumento significativo da atividade operacional registada nos últimos anos, referindo que os bombeiros são frequentemente chamados a intervir em ocorrências de elevada complexidade operacional e social.

Na sua intervenção destacou o esforço permanente dos operacionais na resposta a acidentes rodoviários, emergências médicas, incêndios urbanos, incêndios rurais e situações de socorro pré-hospitalar.

Referiu igualmente a importância da coordenação entre bombeiros, forças de segurança e proteção civil, considerando fundamental a existência de mecanismos de articulação rápida entre entidades em situações críticas.

O conselheiro salientou ainda a necessidade de reforço contínuo da formação operacional, investimento em equipamentos e valorização dos profissionais de emergência, reconhecendo a crescente exigência colocada sobre os operacionais.

O Conselheiro José Madeira em representação da DIMU – Divisão de Mobilidade Urbana da Câmara Municipal de Setúbal, destacou a preocupação com os crimes rodoviários, considerando fundamental o reforço da confiança comunitária e do envolvimento cívico na prevenção de comportamentos de risco.

Na sua intervenção salientou que tem existido um acompanhamento com a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, nomeadamente no acompanhamento a locais onde existem mortes em acidentes.

Destacou ainda a necessidade de continuidade do trabalho em rede desenvolvido no concelho e da manutenção de espaços de diálogo permanente entre instituições e cidadãos.

A Conselheira Conceição Loureiro, representação da DIDS – Divisão dos Direitos Sociais da Câmara Municipal de Setúbal, salientou a necessidade de respostas humanizadas e de proximidade para situações de vulnerabilidade social e familiar, defendendo que a intervenção social deve privilegiar a dignidade das pessoas e o acompanhamento individualizado.

Na sua intervenção destacou que muitas problemáticas relacionadas com segurança têm origem em fenómenos de exclusão, pobreza, fragilidade emocional e ausência de suporte familiar.

Referiu igualmente a importância do acompanhamento técnico e humano das famílias mais vulneráveis, defendendo respostas integradas e maior articulação entre instituições sociais, escolas, serviços de saúde e forças de segurança.

A Conselheira salientou ainda a importância do trabalho preventivo junto dos jovens e famílias, considerando essencial reforçar mecanismos de apoio comunitário e proximidade social.

O Conselheiro José Luís Bucho, Coordenador Municipal de Proteção Civil de Setúbal, destacou a importância da articulação permanente entre entidades de segurança, proteção civil e socorro, sublinhando que os desafios atualmente enfrentados pelo concelho exigem capacidade de resposta integrada e coordenação operacional contínua.

Na sua intervenção referiu os desafios crescentes associados à época balnear, incêndios rurais, fenómenos meteorológicos extremos e gestão de grandes concentrações de pessoas, salientando a necessidade de planeamento antecipado e reforço dos mecanismos de prevenção.

Destacou igualmente o trabalho desenvolvido em articulação com PSP, GNR, Autoridade Marítima e Bombeiros, quer na preparação dos dispositivos operacionais quer na resposta a situações de emergência.

Foi ainda salientada a importância da sensibilização da população para comportamentos preventivos, nomeadamente em matéria de risco de incêndio, segurança rodoviária e autoproteção em situações de emergência.

No período de debate geral, os vários intervenientes reforçaram a necessidade de cooperação institucional, prevenção social, reforço dos meios humanos das forças de segurança e desenvolvimento de respostas integradas para os desafios atuais da segurança.

Na intervenção final da reunião, o Senhor Vereador agradeceu novamente a presença e participação de todas as entidades, destacando a qualidade do debate realizado e o contributo relevante de todos os intervenientes para uma reflexão aprofundada sobre a realidade da segurança no concelho.

Sublinhou que os diversos dados apresentados ao longo da sessão demonstram que os desafios atuais da segurança não podem ser analisados apenas numa perspetiva policial ou repressiva, exigindo respostas articuladas entre autarquias, forças de segurança, justiça, educação, saúde e ação social.

Referiu igualmente que o Conselho Municipal de Segurança constitui um instrumento fundamental de coordenação institucional, permitindo identificar problemas, partilhar informação e construir soluções conjuntas para os desafios existentes no território.

O Senhor Vereador salientou ainda a importância do trabalho diário desenvolvido pelas forças de segurança, bombeiros, proteção civil, técnicos sociais, profissionais de saúde, escolas e estruturas comunitárias, reconhecendo o esforço permanente destas entidades na proteção da população.

Manifestou igualmente preocupação relativamente à insuficiência de efetivos policiais e à pressão crescente sobre os serviços públicos, defendendo a necessidade de reforço dos meios humanos e técnicos disponíveis.

Destacou novamente a importância da futura Polícia Municipal de Setúbal enquanto estrutura complementar de proximidade e apoio operacional, considerando que esta poderá contribuir para melhorar a capacidade de resposta às necessidades da população e reforçar a articulação institucional.

Reforçou também a necessidade de continuar a investir em prevenção social, acompanhamento das populações vulneráveis, apoio às famílias e desenvolvimento de políticas públicas de proximidade.

Concluiu referindo que a segurança deve continuar a assentar numa lógica de cooperação, confiança institucional e proximidade às populações, agradecendo o empenho de todas as entidades representadas no Conselho Municipal de Segurança.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, pelas catorze horas e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata.

Setúbal, 13 de maio de 2026

Anexo – A (registo de presenças)